



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense

**TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1 AQUISIÇÃO DE PISOS TÁTEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO IFC CAMPUS VIDEIRA.**

**2. JUSTIFICATIVA**

**2.1** Considerando que as barreiras arquitetônicas dificultam o acesso, a autonomia de locomoção e a permanência das pessoas com deficiência nas instituições escolares, interferindo também nos processos de aprendizagem e no desenvolvimento social e profissional dos alunos, servidores e visitantes foi desenvolvido um plano para adequação das edificações do *Campus* de Videira baseando-se na norma brasileira ABNT NBR 9050 de 2004 que trata de acessibilidade. Este pedido está contemplando os materiais para conclusão da sinalização tátil dos pisos internos das edificações desta instituição.

**3. DA VINCULAÇÃO**

**3.1** Este Termo de Referência guarda consonância com as normas contidas na Lei nº 8.666/93, em sua versão atualizada, vinculando-se, ainda, à Dispensa nº 08/2019, à Proposta de Preços da CONTRATADA, ao Contrato (se houver necessidade de contrato), à Nota de Empenho e demais documentos que compõem o Processo nº 23352.001900/2019-06 que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

**4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**4.1** Aquisição de pisos táteis para atendimento das necessidades do IFC Campus Videira, conforme descrito no quadro a seguir:

Item	Descrição	Un	Qtd
1	<b>PISO TÁTIL FLEXÍVEL DIRECIONAL</b> REVESTIMENTO PISO, MATERIAL BORRACHA SINTÉTICA, LARGURA 25 CM, COMPRIMENTO 25 CM, ESPESSURA 5 MM, COR BÁSICA AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PISO TÁTIL DIRECIONAL CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 9050.	m <sup>2</sup>	20
2	<b>PISO TÁTIL FLEXÍVEL ALERTA</b> REVESTIMENTO PISO, MATERIAL BORRACHA SINTÉTICA, LARGURA 25 CM, COMPRIMENTO 25 CM, ESPESSURA 5 MM, COR BÁSICA AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PISO TÁTIL DIRECIONAL CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 9050.	m <sup>2</sup>	110

**4.2** Considerando que já foi adquirido e instalado piso tátil em parte das edificações, é necessário o envio de amostra por parte dos fornecedores, para verificar a compatibilidade do material a ser comprado com o material que o *Campus* já possui.

**5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1** Designar servidor responsável para proceder à avaliação do objeto fornecido;

**5.2** Rejeitar o objeto contratado, caso não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense

---

deste Termo de Referência/Projeto Básico Resumido;

**5.3** Emitir previamente a nota de empenho para atender o objeto contratado;

**5.4** Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido pela lei;

**5.5** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por Representante da Administração, especificamente designado, que atestará as Notas Fiscais para fins de pagamento, comprovado o fornecimento/prestação de forma correta;

**5.6** Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto contratado, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

**5.7** Permitir aos funcionários da Contratada o livre acesso às suas dependências, de modo a viabilizar o fornecimento/prestação durante o horário de expediente.

**5.8** Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1** Fornecer o objeto de acordo com as especificações solicitadas.

**6.2** Substituir imediatamente, sem ônus para o Instituto Federal Catarinense, qualquer objeto rejeitado por não se encontrar em perfeitas condições de utilização, segundo verificação do Fiscal de Contrato;

**6.3** Responder por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do objeto;

**6.4** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto/entrega do objeto, sem prévia anuência do Instituto Federal Catarinense;

**6.5** Fornecer o objeto contratado de forma plena e ininterrupta, durante a duração do contrato.

## **7. DOS PREÇOS**

**7.1** O custo estimado da presente aquisição de **R\$ 8.300,26 (Oito mil e trezentos reais e vinte e seis centavos)**, conforme coleta através de pesquisa de mercado, anexada nos autos do processo.

## **8. DO PAGAMENTO**

**8.1** O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias úteis**, contados do recebimento da Nota Fiscal ou fatura.

**8.1.1** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 17.600,00 (Dezessete reais e seiscentos reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense

---

**8.1.2** A emissão da nota fiscal fica condicionada ao ateste de recebimento definitivo dos serviços prestados pelo Gestor de Contratos, conforme Art. 49 e 50 da Instrução Normativa nº 05/2017/MPDG.

**8.1.3** A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada na forma eletrônica consoante protocolo de ICMS nº 85 de 09 de Julho de 2010.

**8.1.4** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**8.2** Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**8.3** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.3.1** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8.4** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, da seguinte forma:

**8.4.1** O valor do contrato será depositado na conta-corrente, agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada.

**8.5** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.6** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**8.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM = Encargos moratórios**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento**

**VP = Valor a ser pago**

**I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:**

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100)$$

$$I = 0,0001644$$





Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense

---

365

365

## 9. DA FORMALIZAÇÃO E DA VIGÊNCIA

**9.1** Conforme o Art. 62 da Lei 8666/93, é facultativo a Administração substituir o instrumento de contrato por outros instrumentos hábeis, tal como a nota de empenho de despesa, a qual será enviada por e-mail junto com todas as informações necessárias para o fornecedor, caso seja esta a escolha da gestão.

## 10. DA COTAÇÃO DE PREÇOS

**10.1** O preço a ser praticado consta na proposta comercial encaminhada pela empresa vencedora nos autos do processo.

## 11. DO(S) LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO E PRAZO DE ENTREGA

**11.1** Os itens deverão ser entregues no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Videira, Rodovia SC 135 KM 125, Bairro Campo Experimental, Cidade de Videira/SC, CEP 89.564-590, fone (49)35334900.

## 12. DA GARANTIAS E DAS PENALIDADES

**12.1** À CONTRATADA, pelo descumprimento das obrigações assumidas ou pela infringência de preceitos legais, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, segundo a gravidade da falta cometida, assim considerada pela Administração, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

**12.1.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

**12.1.2** Multa.

**12.1.2.1** Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o limite de 3 (trinta) dias, observadas as disposições do art. 412 do Código Civil.

**12.1.2.2** Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou instrumento equivalente, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida podendo ser cumulada com a multa prevista no subitem **12.1.2.1**.

**12.1.3** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1993 e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.

**12.1.4** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração observado o princípio da proporcionalidade.

**12.1.5** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da União ou deduzidos da garantia ou ainda, quando for o caso,



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal Catarinense

---

serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**12.1.6** Caso a Contratante determine a multa, deverá esta ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Instituto Federal Catarinense.

**12.1.7** As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### 13. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

**13.1** Os itens deverão ser recebidos da seguinte forma:

**13.1.1 Provisoriamente**, pelo **responsável designado**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, para posterior verificação da conformidade dos itens com as especificações exigidas.

**13.1.2 Definitivamente**, pelo **responsável designado**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade qualitativa e quantitativa dos itens e documentação.

**13.2** Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Termo de Referência, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa, e ainda, notificando-a a efetuar o fornecimento do objeto em questão no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que todas as despesas tais como: frete, impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrente, ocorrerão por conta da empresa adjudicatária.

**13.3** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### 14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**14.1** As despesas decorrentes da execução do objeto da presente avença correrão, no exercício de 2019, à conta do Orçamento Geral da União, PTRES: 108785, PI: L20RLP0100N, Natureza da Despesa: 33.90.30, Fonte: 8100000000, UG: 158379

### 15. DA RESCISÃO

**15.1** O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência assegurará aos contraentes, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo, por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo do disposto no item 6, mantendo-se as sanções aplicadas anteriormente.

**ROSÂNGELA AGUIAR ADAM**  
*Diretora Geral do IFC Campus Videira*  
**Portaria 289/2016 DOU de 27/01/2016**